

Entrevista com Rosana Fernandes

MST, educação e ensino de História

Interview with Rosana Fernandes *MST (Landless Workers' Movement),* *Education and History Teaching*

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira*
Luciana Pucu Wollmann do Amaral**
Claudiane Torres da Silva***
Paulo Fontes****

Rosana Fernandes¹ é coordenadora geral da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), instituição mantida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Licenciada em Pedagogia (2003) pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UEMT), mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (2005) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ela teve sua trajetória intelectual e política vinculada à docência e militância no MST.

A entrevista² foi organizada coletivamente pelo Laboratório de Estudos de História dos Mundo do Trabalho (LEHTM-UFRJ), sob supervisão de Paulo Fontes, e realizada por Samuel Oliveira, Luciana Wollmann e Claudiane Torres, editores do dossiê na revista *História Hoje*. Ela ocorreu de maneira virtual em 04 de abril de 2023, pela plataforma Zoom, com Rosana Fernandes nos atendendo em seu horário de trabalho, na sala da coordenação da ENFF; a transcrição e a edição do material ocorreram entre os meses de maio e junho.

* Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. samu_oliveira@yahoo.com.br <<https://orcid.org/0000-0002-3771-9057>>

** Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), Niterói, RJ, Brasil. luwollmann@yahoo.com.br <<https://orcid.org/0000-0002-6397-2515>>

*** Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. claudianets@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0007-3795-8393>>

**** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. pfontes@mandic.com.br <<https://orcid.org/0000-0002-9277-6193>>

O material aqui publicado foi atravessado pela conjuntura do primeiro semestre de 2023, com o debate sobre o Novo Ensino Médio no Ministério da Educação e a tentativa da bancada conservadora da Câmara de Deputados de criminalizar o MST, através da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

A entrevistada aborda sua trajetória na militância do MST, a “Pedagogia da Terra”, os projetos de educação ligados aos assentamentos, o trabalho na coordenação da ENFF, e as relações entre o ensino de história no campo e os mundos do trabalho. Mostra o esforço dos movimentos sociais em construir pedagogias emancipatórias e atentas a uma didática da história que coloque como central a noção de trabalho e de luta contra os diversos tipos de opressão na construção da cidadania e democracia no Brasil.

Gostaríamos de te agradecer pela disponibilidade de conceder esta entrevista. E para começar, você poderia nos dizer como se engajou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra?

Rosana Fernandes: Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui apresentando alguns elementos sobre a minha trajetória de vida e do projeto educativo que o MST vem constituindo ao longo da sua história. Eu sou mato-grossense, nasci em Cáceres (MT), cidade fronteiriça com Bolívia, numa região do Pantanal mato-grossense. A minha família é constituída por oito irmãos, eu sou a terceira mais velha.

A minha família sempre foi muito ligada à Igreja Católica, na ala progressista que estava mais em evidência através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A minha infância, adolescência e juventude, tudo se deu no meio dessa vinculação com as CEBs: a tradição católica, os rituais que se tem, o batismo, a catequese, a crisma e o cotidiano da minha família. Eu fiz tudo isso dentro da CEB que eu participava e eu vou me inserindo em alguns coletivos, através do grupo de catequese e participando da Pastoral da Juventude, que tem uma perspectiva política para formar militantes sociais, militantes populares para as questões sociais de direitos humanos. Nesse período da juventude, terminei o ensino médio e iniciei um curso de Pedagogia por falta de opção, porque o meu ensino médio foi um ensino médio técnico na área de Contabilidade e, depois, eu gostaria de continuar fazendo uma graduação nessa área, mas não tinha na Universidade do Estado do Mato Grosso, que estava

na minha cidade. Tomei a definição de entrar no curso de Pedagogia e não me arrependo. Nesse período de entrada na faculdade, eu também já trabalhava no Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Eu era secretária desse centro, trabalhando meio período e estudando de noite. Eu fiz nesse período uma experiência na pastoral onde eu vivia, fazendo um exercício de ir para o convento, e chegou um determinado momento, em 1995, que o MST chegou na região que a minha família mora, no sudoeste do Estado do Mato Grosso.

O MST já tinha começado um trabalho de organização das famílias Sem Terra desde 1994 na região sul do estado, em Rondonópolis (MT) e Pedra Preta (MT). Nessa região já tinha sido feita a primeira ocupação de latifúndio que demarca o nascimento do MST no Mato Grosso. Um ano depois, ele foi para o sudoeste mato-grossense, e um dos lugares onde os dois companheiros, militantes do MST, foram buscar apoio para esse trabalho foi no Centro de Defesa dos Direitos Humanos que eu trabalhava. Ali, conheci os dois companheiros. A comunidade da paróquia que eu vivia foi procurada e transformou-se, porque o padre que estava atuando na época tinha uma mentalidade bastante progressista. Eu fui acompanhando esse trabalho de base, de organização das famílias Sem Terra na Diocese de São Luís de Cáceres. Eu tinha meus 17 anos nessa época, sendo muito jovem, mas ao mesmo tempo eu conhecia muito daquela realidade.

Então, eu ia às comunidades, organizava as reuniões, e ouvia o que era mesmo esse movimento do MST. O que a gente conhecia, assim como na minha família, era o que a Rede Globo transmitia sobre o MST. E havia uma ponderação: “esse movimento agora chega aqui na região e o que é mesmo que eles querem fazer aqui?”. Os meus pais, inclusive, foram bastante cuidadosos, justamente por essa questão do MST ser vandalizado, ser denominado como “baderneiros”, da violência e dos conflitos contra os trabalhadores e trabalhadoras. Enfim, eles tinham um pé atrás, eles não foram de pronto atendendo ao pedido de acolher os militantes. Quando dialogamos no sentido deles também irem para as reuniões para conhecer o MST, eles se negaram, especialmente o meu pai, que sempre impôs a sua palavra como a decisão final. E eu fui aprendendo a entender que isso não era o melhor para a minha mãe, e também essa questão do patriarcado e do machismo imperando na minha família. Tinha essa relação com a igreja, que também reforçava muito isso.

Nesse bojo, eu fui para as reuniões e compreendi que o meu pai sempre colocou a sua força física de trabalho, essa mão de obra, à disposição dos fazendeiros da região, mas sempre expôs o desejo de ter um pedaço de terra, para viver melhor com a família. A gente morava na cidade, tinha uma casa que ele economizou e comprou, mas as condições não eram fáceis para dar conta da sobrevivência de oito filhos indo para a escola. Com tudo isso, era uma vida bastante empobrecida que a gente levava e ele sempre dizia que se tivesse uma terra as condições de vida iam melhorar. Sempre foi muito trabalhador, sabia produzir comida e isso também foi criado em mim, e floresceu bastante nesse período da chegada do MST na região. Eu entendi, ouvindo também os companheiros nas reuniões, o processo de organizar as famílias, de apresentar o MST e de criar uma expectativa de que a luta traz resultado concreto de conquistar a terra. Eu também fui pensando que poderia ser a solução para a minha família ter acesso a terra.

E quando essa experiência de pedagoga e professora se encontra com o MST?

Rosana Fernandes: Vai se encontrando nessa trajetória inicial até eu participar da ocupação que teve na Diocese de São Luiz de Cáceres, num feriado de Páscoa, dia 09 de abril de 1996. A gente fez a ocupação com 1.503 famílias e eu estava junto. Eu havia dito para os meus pais que eu ia para um retiro, que é normal que tenha na sexta-feira santa e Páscoa, mas fui para a ocupação. Quando eles souberam da ocupação, eles já sabiam que eu estava lá, não tiveram dúvida. Depois de três dias, eu vim em casa, e eles confirmaram que eu estava na ocupação e me proibiram de voltar, porque achavam que isso ia ser um problema para a região. Mas eu não fui obediente e eu ia para o Centro de Direitos Humanos, depois estudava de noite, e ia para o acampamento. Eu voltava para casa no final da noite. E nesse desobedecer aos meus pais foi bastante interessante, porque é daí que eu me coloquei à disposição do MST, assumindo algumas tarefas já no acampamento: pode parecer uma tarefa simples, mas tem que fazer a lista das famílias que estavam na ocupação e eu pude contribuir já nos primeiros dias; depois, veio o processo que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) organizou, no cadastramento das famílias, e também pude contribuir nas orientações. Enfim, eu me cadastrei também junto ao Incra, e disse: “se sair uma área, também quero um pedaço de terra”.

Mas, uma semana depois dessa nossa ocupação, houve o Massacre do Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996. Eu estava inclusive no pátio da universidade, quando soube da notícia, vi pela televisão de uma lanchonete o que tinha acontecido. Quando eu cheguei em casa nesse dia, os meus pais estavam me esperando para dizer: “Olha! Esse acampamento onde você está, essa ocupação vai dar na mesma situação que esse povo do Pará está sofrendo agora”. Mas eu já estava dentro, não tinha muito o que fazer, e continuei mesmo contra a vontade dos meus pais. E, nesse processo, houve uma articulação com o governo do estado, o Incra estadual e o Incra federal para resolver o mais rápido possível a situação das famílias acampadas. Foi feita toda uma negociação, e dentro de seis meses essas famílias estavam com terra destinada para o assentamento. Foi muito rápido. Eu estou há 27 anos no MST e não conheço outra história de acesso à terra dentro da luta do movimento que tivesse sido tão rápida como essa, para as 1.503 famílias. Todas estavam com possibilidade de assentamento, já se deslocando para as áreas, mesmo que provisórias ainda, mas depois se consolidaram os assentamentos.

E eu tinha que decidir em ir para o assentamento, porém o MST estava se estruturando no estado e me convidaram para trabalhar na secretaria estadual do MST³ no Mato Grosso, que ficava em Cuiabá, mais ou menos a 220 km de Cáceres, onde eu morava. E eu acho que era o convite que eu estava esperando formalmente para não pensar duas vezes e reorganizar a minha vida e achar um caminho para seguir. Não tive dúvidas de trancar a faculdade de Pedagogia, de pedir para sair do Centro de Direitos Humanos, onde eu tinha um salário que ajudava no sustento da família, e de dizer para a comunidade que eu não iria mais para o convento. Três decisões muito rápidas, tomadas sem duvidar do que eu queria fazer depois de conhecer o MST por alguns meses. Comuniquei à família que estaria indo e me mudei rapidamente. Eu tinha 18 anos e já tinha muita independência.

Quando saiu o assentamento, eu propus para os meus pais para eles irem morar no assentamento, porque eu não ia ter condições, já que eu estava indo para Cuiabá. O meu pai não aceitou, disse que ainda não estava tudo resolvido, que tinha dúvidas se de fato sairia a terra. Mas um dos meus irmãos, mais novo que eu, estava recém-casado, e também queria estruturar a família, e decidiu ir. O meu irmão foi, ficou um ano, não deu conta de se manter, porque não é simples; os primeiros anos com a terra são muito difíceis, para quem não tem nada,

para quem não tem capital para investir. Então, ele desistiu, entregou para mim o lote novamente, e eu disse que eu não teria condições de ir para lá. Fui novamente conversar com meus pais e, na segunda vez, o meu pai aceitou. Já tinha passado mais de ano e ele entendeu que de fato tinha algo concreto ali, que não era só conversa. Ele decidiu ir com a minha mãe. Depois, um dos meus irmãos também foi para lá. Meu pai já é falecido há cinco anos, e ele viveu 22 anos no Assentamento Margarida Alves, no município de Mirassol D'Oeste (MT), na mesma diocese de Cáceres. E com muito amor e cuidado com o lote. Produzir, mas também cuidar da natureza, fazer memória também aos fatos ocorridos na vida, celebrar a vida dos netos, ele construiu isso tudo no assentamento. E a minha mãe e o meu irmão moram até hoje nesse assentamento.

Então, a partir da minha ida para a secretaria estadual do MST, já me inseri no setor de educação. Comecei, especialmente nos fins de semana, a ir para áreas de assentamentos, de acampamentos, para alfabetização de jovens e adultos, tentando compreender a lógica da pedagogia do MST e tudo mais. Eu lembro muito bem que o MST tinha uma parceria com a Unesco, a Unicef, que tinha material didático e tudo isso era organizado para as turmas. E eu acompanhava todo esse trabalho da EJA. Depois fui deslocada do Mato Grosso para Goiás, quando assumi a coordenação pedagógica do setor de educação no MST em 1999. E, nesse período, também a gente estava negociando uma turma de “Pedagogia da Terra” com a Universidade do Estado do Mato Grosso, na mesma Universidade, no mesmo *campus*, em que eu estudei. A gente organizou a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que estava começando a ser implementado, a partir de 1998, uma turma específica de formação de educadores e educadoras para as escolas de assentamento.

Então, a partir daí, já em Goiás, assumi essa coordenação pedagógica do setor de educação, que tem uma tarefa de contribuir dentro da estrutura organizativa do MST, nessa frente da escolarização dos Sem Terra, desde a alfabetização de jovens e adultos, mas também da educação básica e infantil. Atuamos até no ensino médio nas nossas escolas, onde é possível. A gente sabe também que cada escola nos assentamentos, nos territórios, é uma conquista da comunidade. É uma luta, seja no município para os níveis das primeiras séries, seja no nível de ensino médio com os estados, sempre resultado de uma ação de mobilização das famílias que ali estão. Então, nessa tarefa eu contribuí

mais diretamente até 2013. No início de 2014, eu venho para São Paulo, para coordenar a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Você usa a expressão “Pedagogia da Terra” para falar dessa experiência de educação do MST. O que seria isso?

Rosana Fernandes: Por que dessa denominação de “Pedagogia da Terra”? O PRONERA é resultado de uma luta, de uma mobilização que o MST faz junto com outros movimentos. E o resultado disso surgiu em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que assume esse programa como sendo específico para o público da reforma agrária e para os assentados. Tem outras organizações populares que estão nessa condição, por exemplo, os reassentados do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e as comunidades quilombolas. A partir do programa, vamos buscar parcerias, e só pode servir as parcerias com as universidades públicas. E a prioridade era formar educadores e educadoras das escolas de assentamento.

Não foi simples conseguir uma universidade que abrisse as portas para atender a uma demanda de um movimento social camponês, como o MST, ainda mais lá em 1998. Olhando a história, em 1996, o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1997 o MST faz uma grande marcha nacional e, em início de 1998, tem esse resultado do programa, do PRONERA. Não foi simples as universidades entenderem e reconhecerem esses sujeitos como de direito de ter acesso à universidade. A primeira parceria feita nesse programa foi com a Universidade Regional do Rio Grande do Sul, lá de Ijuí (RS). Como era uma universidade comunitária, houve a possibilidade dos recursos do PRONERA serem destinados a ela. A primeira turma que foi fazer o curso lá em Ijuí (RS) teve muitas dificuldades, pois a universidade não estava preparada para receber turmas específicas de tempo integral. Essa primeira turma, que começou em 1998, tentou se organizar para suprir necessidades estruturais para ter as aulas e os debates dentro da universidade, além de se apresentar para os demais estudantes. E eles tomaram a decisão de escrever um boletim semanal que se chamou “Pedagogia da Terra”.

E a “Pedagogia da Terra” passou a ser reconhecida dentro da Universidade de Ijuí como uma referência aos militantes educadores, educadores do MST, que assumiram essa identidade, que por sua vez foi sendo ampliada para

as demais turmas de pedagogia que foram acontecendo no interior do país, em várias outras universidades. “Pedagogia da Terra” nasceu assim, mas tem o sentido de que, quem está ali, o sujeito que está estudando naquela turma, tem uma relação, tem um vínculo direto com a terra como base do seu aprendizado, do seu conhecimento, de tudo que possa nos dar de grandeza na nossa vida. E a relação terra e MST, não só pela questão agrária ou pela luta feita, mas é um bem que o MST preza bastante no sentido do cuidado, da proteção da natureza em si. Então, essa identidade se espalhou e hoje a gente diz para todas as turmas de Pedagogia, que a nossa é a “Pedagogia da Terra”.

Rosana, nós queríamos entender um pouco o papel da escola na consolidação de um assentamento. Você poderia falar um pouco sobre isso?

Rosana Fernandes: Aqui, talvez eu tenha que rapidamente dizer como que funciona a estrutura organizativa do MST. E nós temos os territórios que podem ser acampamentos ou podem ser assentamentos. O acampamento ainda é a fase inicial da organização das famílias para lutar pela conquista da terra. Que pode durar poucos anos ou muitos anos, dependendo das condições, da quantidade de famílias, das mobilizações feitas e também do momento histórico conjuntural que passamos. E tem os assentamentos que já são as terras conquistadas, vamos dizer, que vai se consolidando com a vida das famílias nesses territórios. Quando se tem o acesso à terra, ao assentamento, também há outras demandas que são as garantias das condições dessas famílias estarem nessa terra. Por isso que o MST afirma que os seus três objetivos são: a terra, a reforma agrária e a transformação da sociedade. Quando nós chegamos no assentamento, nós já conquistamos a terra, mas ainda falta um conjunto de elementos que estão nessa concepção de reforma agrária. Só a terra é insuficiente para as famílias sobreviverem. Então, nós organizamos as famílias para manter a luta permanente pela educação, pela saúde, pela infraestrutura, pela estrada, pelo recurso para produção, pela moradia, pela energia elétrica, e várias outras demandas que se apresentam.

E, no caso da educação, a depender do diagnóstico feito para aquele grupo de famílias do assentamento, é necessário fazer a luta por escola. Temos assentamentos grandes, por exemplo, em Goiás, temos um assentamento que tem 1.600 famílias, que era um latifúndio de um banco holandês. Ali, nós temos uma escola estadual de ensino médio, porque há uma demanda real, há

um volume grande de crianças e adolescentes para reivindicar uma escola de ensino médio. Há assentamentos menores que às vezes só conseguem escola de séries iniciais, porque a demanda também não é possível que tenha uma escola maior. E tem assentamentos que essa conquista se inviabiliza porque são menores, que não conseguem garantir a infraestrutura de uma escola. Mas, o importante aqui é destacar que também que a comunidade, que as famílias, continuem ocupando essa escola depois dela conquistada. E, após ela ser conquistada, manter presente e construindo junto com os educadores o projeto de educação do MST.

É um desafio também que nós temos, porque há um sistema público de ensino que, muitas vezes, impede essa pedagogia, desse projeto de educação do MST de estar permanente na escola. Então, é um exercício de formação de educadores que nós fazemos e de envolvimento da comunidade nesse fazer pedagógico da escola. A escola é uma referência dentro do território, mas não pode ser só para os estudantes, é para a comunidade como um todo.

Nem sempre os educadores que estão inseridos nessa escola, necessariamente, passaram pelo curso de Pedagogia da Terra. Isso é um pré-requisito?

Rosana Fernandes: Nem sempre. Nós já temos muitos educadores e educadoras que estão trabalhando diretamente nas escolas porque se formaram nesse processo do MST, nas parcerias com as universidades. Mas tem uma parte desses que são concursados do município e a vaga que sobrou para eles é a escola do assentamento. Então, para assumir o concurso, acabam indo, e, muitas vezes, compreendem o projeto político pedagógico do MST e, outras vezes, não compreendem. Então, é uma relação ali de conquista, para a compreensão desse nosso projeto a ser implementado nas escolas.

E o que há nessa educação no campo que se diferencia daquela realizada no meio urbano?

Rosana Fernandes: A educação no campo tem uma história também ampla e que surge da própria história da educação do MST. O MST é um dos sujeitos históricos nesse processo que tem uma concretude já nos acampamentos, nos assentamentos, na sua história de ocupação, a preocupação com a escolarização do povo que está ali inserido na organização. Isso, então, foi se

ampliando para outras organizações que também se deram conta de que tratar da educação, cuidar da questão da escolarização com os seus sujeitos, é importante tanto para manter a vitalidade da própria organização, como também por ser um direito. Não pode ter só a terra como direito, se não tem direito também a outros direitos. Vai se ampliando aí nessa construção e vai se constituindo um jeito de pensar o projeto de educação com as organizações que estão próximas ao MST.

Em 1998 foi realizada a primeira Conferência de Educação do Campo em um grande evento em Luziânia (GO), próximo a Brasília. Juntamos as organizações com os seus educadores e educadoras para discutir a educação no campo. Veja bem que eu estou falando “no campo”, ainda não falo “do campo”, aos poucos a gente vai construindo uma Pedagogia do Campo, com uma proposta pedagógica de formação de educadores, de implementação nas escolas. Além disso, naquele momento estávamos afirmando que apenas a educação básica era suficiente para o campo. Foi feito um grande debate, depois surgiram vários seminários estaduais. Em 2004, foi realizada a segunda Conferência Nacional de Educação do Campo, e aqui a gente já mudou para essa compreensão que é “do campo”, que é da concepção dos sujeitos ou das organizações como sujeitos que estão inseridas numa realidade, bem como já alteramos a compreensão de que queremos educação para além da educação básica. Queremos da educação infantil à universidade. Então, essa educação não pode ser apenas uma transposição do mundo urbano para o rural, mas, sim, nascer no próprio campo esse projeto educativo.

A partir daí, já estamos no governo petista, e de 2003 em diante abrem-se possibilidades de termos secretarias específicas sobre Educação do Campo, a SECADI⁴ que hoje ainda se mantém com todos os imbróglios que o MEC tem mantido, e o PRONERA dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário também tem uma ressonância com um orçamento compatível para a formação dos educadores. Enfim, tem um processo que é organizado, há algumas conquistas realizadas, mas não temos institucionalmente, formalmente, nos documentos esse reconhecimento aprofundado. Em alguns estados isso foi conquistado junto às secretarias de educação estaduais, dependendo muito da força que as organizações têm e dos comitês de educação do campo que alguns estados mantêm, mas essa institucionalização está bem aquém de todo o processo que as organizações populares vem fazendo concretamente.

E a Escola Florestan Fernandes? Como foi a criação, a inauguração e o processo de construção dessa instituição?

Rosana Fernandes: Eu estou aqui na ENFF, na Coordenação Geral, desde 2014. No dia 23 de janeiro de 2005, foi feito o ato da solenidade de inauguração, mas mesmo antes disso, a Escola já estava funcionando. Porque quando a gente fala no processo de formação política no MST, ele existe desde a origem do movimento. Sempre aconteceram cursos de formação política para a militância, para os dirigentes nos estados ou nas grandes regiões. Nesse processo, a Direção Nacional decidiu que gostaria de construir um espaço que pudesse centralizar e aprofundar essas formações que já eram realizadas.

A Direção Nacional na época dessa decisão, lá em 1996, tinha a intenção de formar os militantes dirigentes do MST. Talvez ampliar para a Via Campesina, que é a articulação nacional dos movimentos do campo no Brasil, mas não tinha ainda todo esse entendimento do que a ENFF veio a se transformar e o que ela é hoje. Então, em 1996, decidiu que a construção dessa Escola seria em São Paulo, por ser um grande centro, por aglutinar mais facilmente todas as regiões. E também porque a Secretaria Nacional do MST tem a sede em São Paulo, onde as principais organizações populares nacionais, também sindicais e partidárias de esquerda, têm sede. Dessa maneira, definiu-se que seria aqui em Guararema, que fica a 40 minutos do aeroporto de Guarulhos.

Em 1997, também se decidiu, numa reunião da Coordenação Nacional do Movimento, fazer a homenagem ao nosso querido mestre, o sociólogo Florestan Fernandes. Ele havia falecido há pouco tempo, em 1995, e o MST sempre teve essa mística de homenagear os nossos espaços com nomes que tenham sentido para o que queremos fazer daquele espaço. Então, Florestan Fernandes foi o escolhido por toda sua história, trajetória de vida e luta. A perspectiva revolucionária para a sociedade brasileira de Florestan Fernandes é muito conectada com o que o MST também busca construir. A decisão para o nome da Escola foi feita antes da primeira pedra ser colocada no lugar e isso foi constituindo uma mística, foi envolvendo e foi criando um imaginário da necessidade real desse espaço, dessa Escola Nacional.

Fizemos uma campanha para arrecadar recursos para construir esse espaço, porque a decisão política estava tomada e não tínhamos nada de dinheiro previsto. Dentro da primeira campanha realizada, nós contamos com a contribuição do Chico Buarque, que sempre foi solidário ao MST. Ele fez um CD

denominado *Terra* e doou os direitos autorais para o Movimento. Junto a isso, também o Sebastião Salgado, fotógrafo, fez uma coleção de fotos denominada *Terra* e também doou os direitos autorais ao MST. Esse livro de fotos do Sebastião Salgado foi prefaciado pelo José Saramago. Então, o Chico, o Saramago e o Salgado são três personalidades que entram para a história da construção da ENFF, doando o seu trabalho artístico que é vendido em várias partes do mundo. Porque o MST também tem uma relação internacional bastante consolidada, tem comitês de amigos em vários países. E conseguimos uma arrecadação onde compramos uma parte do terreno da Escola, onde estão construídos hoje os principais prédios. Temos refeitório, auditórios, salas de aula, biblioteca, alojamentos, ciranda infantil, casa de artes, espaços de quiosques, além de um bosque com plantio de árvores das diversas regiões do país. O bosque denominamos “Bosque da Solidariedade”, pois as mudas são plantadas por educadores/as, personalidades e estudantes que passam pela ENFF.

O MST, nesse processo de construção, organiza o trabalho voluntário para fazer a construção em si, conta com uma equipe técnica de engenheiros, de arquitetos, mas a mão de obra foi toda voluntária, foi feita por militantes do MST dos vários estados. Assim também como militantes de outras organizações populares do Brasil e de países de fora, que vieram em pequenos períodos para contribuir. Então, a gente chamou isso de “brigada de construção”. Cada brigada ficava três, quatro meses e depois vinha outra brigada, e assim passou-se praticamente cinco anos construindo a Escola numa perspectiva alternativa, nesse cuidado com a natureza. Os tijolos da ENFF são solo-cimento, que não degrada o meio ambiente. E todos os tijolos, quem conhece a Escola já sabe disso, todos os tijolos que estão nas paredes da construção foram feitos pelas mãos de um dos militantes, seja do MST, seja de outras organizações populares.

De os cursos que são ofertados na Escola Florestan Fernandes? Quantos cursos são oferecidos por ano, e quantos países atingem? Se você puder trazer um pouco dos números, a quantidade de cursos e de cursistas.

Rosana Fernandes: Nós temos no nosso projeto político pedagógico a organização dos cursos em quatro núcleos. Temos o Núcleo de Teoria Política Nacional, que é oferecido para militantes, dirigentes e quadros das organizações populares do Brasil. Aqui, temos cursos de questão agrária, de questão ambiental, e

curso sobre os clássicos, então nós estudamos Marx, Rosa Luxemburgo, Florestan Fernandes, sendo cursos específicos para esses pensadores. Temos curso sobre feminismo, marxismo, e cursos específicos com sujeitos que são mais orgânicos do MST, como LGBTQIA+ e sobre a questão racial.

Temos outro núcleo de cursos, que é o Núcleo de Teoria Política Internacional. Aqui, nós temos dois cursos para organizações populares da América Latina: um, sempre no primeiro semestre, que é para formadores, para aprender novas metodologias para trabalhar determinados temas na sua organização; e, no segundo semestre, nós temos Teoria Política Latino-Americana, que é um estudo mais básico, de maneira geral, para a militância que está no processo ainda inicial de inserção nas organizações. Nesse núcleo, nós temos também um curso que atinge outros militantes das organizações populares de outros continentes. Então, para a América Latina temos dois cursos, e esse outro é um curso que funciona em vários idiomas. Temos traduções simultâneas de inglês, espanhol, francês.

Temos um núcleo que denominamos como Cursos Formais, que é articulado a partir da relação de parcerias que fazemos com as universidades, com instituições de ensino superior de graduação e pós-graduação. Algumas dessas parcerias acontecem diretamente aqui na nossa Escola, outras, a maioria, acontece nos estados. Tem sempre um coletivo que a gente denomina como Coordenação Política Pedagógica, que vai acompanhar os cursos nas parcerias que fazemos. Aqui, nós temos, por exemplo, o Programa Territorial junto com a Unesp, um programa de mestrado que já vem desde 2013 e a cada ano entra uma nova turma. Nós já tivemos parceria com a Escola Politécnica da Fiocruz, do Rio de Janeiro; já tivemos parceria com a UFRJ; com a Universidade Federal de Juiz de Fora; mesmo com a USP, a gente teve uma turma de especialização em Agroecologia. São as parcerias formais que nós fazemos, inclusive, agora estamos construindo uma especialização sobre o pensamento de Florestan Fernandes com o Instituto Federal de Santa Catarina. Mas as graduações, a maioria acontece nos estados. Também estamos numa relação com a PUC de São Paulo, firmando uma parceria para uma turma de Direito da Terra, e, também, os Cursos da Realidade Brasileira (CRB), sobre os pensadores brasileiros.

E temos o quarto núcleo de curso, que é o Núcleo Urbano Popular. Aqui, a ENFF é demandada por alguma categoria de trabalhadores, seja sindical,

seja partidária, para ajudar a organizar processos de formação para a sua militância específica. A gente se coloca à disposição para organizar juntos um curso que pode ser realizado aqui na Escola, como pode ser realizado também em espaços da própria organização. De forma muito rápida, esse é o panorama de cursos que nós temos.

Em números, nós temos pelo menos 40 mil pessoas que já passaram pela ENFF ao longo desses 18 anos. Até 2019, antes da pandemia, que foi o último ano da Escola cheia, tínhamos aproximadamente cinco mil pessoas por ano. Nós temos aproximadamente 500 educadores e educadoras voluntárias que trabalham conosco nesses cursos. Uma parte deles é de dirigentes das organizações populares, outra parte é de professores militantes, que estão inseridos na academia e que dispõem tempo da sua carga horária de trabalho para estar conosco dando aulas.

E quais países são atingidos? E essa questão do internacionalismo que está na gênese da Escola Florestan Fernandes? Você poderia falar um pouco disso, das articulações disso com a militância, com a classe trabalhadora global?

Rosana Fernandes: A relação mais antiga desde o início da fundação da Escola é com as organizações latino-americanas. De 2015 para cá, quando a ENFF completou 10 anos, ampliamos essa relação a partir dos cursos organizados pela Escola com outros continentes. O último curso sobre métodos e metodologias, nós tivemos representação de 29 países. O mundo está dentro da ENFF em determinados momentos e um desses momentos recentes foi nesse final de ano, em dezembro, quando terminamos esse curso, que tínhamos 29 países do continente africano, de Zâmbia, de Gana, de África do Sul e países asiáticos também. Nós temos pessoas que vêm da Índia, do Nepal, da China e do continente Europeu. Então, esse globo terrestre dentro da ENFF nos ajuda também a compreender processos de lutas permanentes que existem nesses países e que são desconhecidas do mundo. Ao mesmo tempo em que fortalece a luta dos que vêm aqui, também fortalece a nossa luta, no sentido de saber que tem outros processos sendo organizados e que às vezes nos parecem mais duros que os nossos.

A Escola Nacional foi se tornando também uma referência de lugar de formação para outras organizações do mundo e isso tem repercutido na organização de novas escolas de formação em alguns países. Tem alguns, inclusive,

que denominam a Florestan Fernandes como uma “escola mãe”. Vieram para cá, tiveram a primeira experiência de formação e levaram esse projeto político pedagógico para ser uma base de construir algo mais próximo das suas organizações, que possibilita a formação de mais gente. Então, essa referência de formação que a Escola Nacional Florestan Fernandes constituiu nos coloca muita responsabilidade nessa construção do internacionalismo.

O internacionalismo, para nós, é um valor enquanto classe trabalhadora, internacionalismo de classe, de fazer ações de solidariedade que possam ser um apoio para os povos em luta em qualquer lugar do mundo. Nós entendemos o internacionalismo como valor da classe trabalhadora, nós entendemos como um princípio. Esse princípio está na origem do próprio MST, que foi se constituindo a partir desse internacionalismo de classe, a partir dessa solidariedade internacional. Inclusive, simbolicamente, na bandeira do MST, nós temos a ferramenta, que é um facão ultrapassando as fronteiras do Brasil. Um indicativo de que a nossa projeção é de se construir para além do Brasil. Nós temos a Via Campesina Internacional, que está em todos os continentes, e é a maior, não existe outra articulação internacional de camponeses no mundo tão ampla quanto a Via Campesina Internacional. O inimigo é o mesmo: o imperialismo e o modo de produção capitalista. Essa articulação da Via Campesina é um exemplo desse internacionalismo, que é de construir forças de apoio e solidariedade e de enfrentamentos da classe trabalhadora no mundo. Há também a articulação da Alba Movimentos, que está mais aqui na América Latina, mas é uma articulação dos movimentos populares na projeção de uma construção da soberania, da autonomia dos povos. E temos, por último, uma articulação internacional dos povos junto a várias organizações populares, partidárias, que também constroem ferramentas de atuação na sociedade em vários países. Aqui, por exemplo, a gente tem as escolas internacionalistas, essas que eu disse que têm surgido e que têm referência ao MST e à ENFF. Recentemente, uma articulação até com editoras internacionais, a exemplo da nossa Editora Expressão Popular, que temos aqui em São Paulo, possibilitam acesso a obras valorosas que não chegam para a população e que gostariam de tê-las para seus estudos, para o seu conhecimento. O internacionalismo para nós é tudo isso, nessas vivências e articulações políticas que fazemos.

Rosana, escutando você falar desses eixos que existem na Escola Nacional Florestan Fernandes e toda essa sua trajetória no Movimento Sem Terra, que-riamos que você falasse um pouquinho de qual é o papel do ensino de História nesse projeto pedagógico do MST.

Rosana Fernandes: Tudo aqui a gente remeteu à História e partimos de um ponto que faz muito sentido para estar sempre olhando para o processo histórico, e entender o que já foi, como que a gente reafirma algumas questões e como avança para outras. Posso afirmar que, para o MST, para as escolas do campo e para a Escola Nacional Florestan Fernandes, a História é a memória do povo que nos move. A memória histórica dos processos, às vezes até as histórias particulares, nos move para entender até onde já conseguimos dar passos enquanto classe, enquanto o povo. E fazer essa memória, no nosso caso do MST, especialmente da Florestan Fernandes, passa muito pela mística, como nós dizemos. A mística como uma celebração a partir do que a gente vivencia, mas uma referência às memórias de muitos lutadores e lutadoras, e muitos processos que já conhecemos e que nos orientam também nesse seguir.

Nós também podemos afirmar que a história tem a necessidade de um estudo, então, a dimensão do estudo é uma dimensão formativa e a História a gente só vai de fato entender se estudarmos. Eu estou falando do estudo mesmo, do que já temos sistematizado, do que isso acumula para a nossa luta de classe e do que isso acumula para a organização do povo. Nada está começando hoje, tudo já teve um processo anterior, então nós temos que ter esse conhecimento, um conhecimento acumulado pela humanidade.

A partir disso que você está sinalizando, da importância da História como estudo e do ensino da História nesse projeto pedagógico, a História dos trabalhadores no campo tem um enfoque diferente nas escolas de assentamentos, por exemplo?

Rosana Fernandes: Nós temos pensado o trabalho nas escolas de assentamento e também de alguma maneira, dependendo do nível do público num determinado curso, isso também está presente no curso de formação política. Trabalhamos com a história da luta pela terra no Brasil, e antes da história da luta pela terra no Brasil, a própria História do Brasil. Aqui a gente sempre parte da invasão dos portugueses ao território brasileiro, que oficialmente não se

trata de invasão, se trata de descoberta. Então, aqui já é um elemento que dá para fazer várias relações do que foi contado oficialmente pela história brasileira e de como as organizações populares foram “corrigindo” essa oficialidade. Essa é uma questão bem importante que está muito presente nos debates, nos estudos de História, nas escolas do campo: não é descoberta, é invasão, foi invasão e continua sendo invasão, quando o agronegócio, as mineradoras tomam territórios indígenas, quilombolas, continuam mantendo esse efeito desde o início.

E também de todo o processo da resistência do povo negro, dos indígenas, por exemplo, aqui na história também agora está chegando perto da data 13 de maio, e não foi algo simples, teve interesses políticos, econômicos por detrás dessa data que foi estabelecida como a data da libertação dos escravos. Não foi a Princesa Isabel, boazinha, que decidiu então libertar todos os escravos. Então, isso faz parte da história, mas de qual concepção que nós estamos falando? De que olhar que estamos falando? Problematizar essa história faz parte do currículo, vamos dizer assim, das nossas escolas públicas que estão nos assentamentos e no nosso currículo também da própria Escola Nacional, quando vamos estudar a História e, especialmente, quando nós aqui recebemos muitos intercâmbios de outros países.

Então, ao falar da história brasileira, nós falamos na nossa concepção crítica ao que oficialmente se coloca e da própria história do MST. Muitas pessoas desconhecem a história do MST nessa perspectiva de ser um movimento popular, que não são baderneiros, mas que tem uma projeção política e projeto de sociedade, que a reforma agrária é necessária para suprir outros males sociais, como a fome, por exemplo, que está bastante presente hoje nos dados gerais da sociedade. Que pode alfabetizar muita gente, que tem condição de garantir vida digna para as pessoas que estão nos assentamentos. Os assentamentos não são empobrecidos, os acampamentos ainda vivem em uma situação bastante precária de sobrevivência, mas nos assentamentos, com a terra, as famílias vivem dignamente, produzem e comem sua produção agroecologicamente produzida, se organizam em cooperativas, produzem, por exemplo, o arroz agroecológico, que é a maior produção de arroz na América Latina, café, mel, produzem uma diversidade de comida para o povo. Então essa história também é contada, é reafirmada que o MST tem um programa de reforma agrária popular.

Além disso, aqui na Florestan Fernandes, nós temos pelo menos dois grandes cursos, que abordam muitas questões da história, que é a História das Reformas Agrárias no Mundo, que tipos de reforma agrária já foram implementadas em várias experiências no mundo e também a História das Revoluções, que a gente vai estudando e aprendendo também com esses processos, algumas lições que a gente entende que aqui não cabem, no contexto brasileiro, mas outros que poderiam ser possíveis de serem integrados na perspectiva do que nós fazemos.

Muito bacana, Rosana, essa perspectiva de pensar a história dos trabalhadores, como um tema transversal não só nas escolas dos assentamentos, mas também na Escola Nacional Florestan Fernandes, e estão presentes o tempo inteiro na Pedagogia da Terra.

Rosana Fernandes: Isso mesmo. E, além disso, o último item aqui sobre os estudos dos clássicos, dos pensadores. Eles estão postos dentro de um contexto histórico daquele pensador e isso não pode ser negado pra gente compreender o pensamento. Nós temos às vezes, por exemplo, alguns questionamentos do tipo “Marx não falou da questão do patriarcado tão especificamente”. Talvez essa não fosse uma questão do momento histórico dele e ele se absteve de falar. Os clássicos não precisam atender a tudo que hoje a gente demanda para compreensão, mas daí vai ao período histórico e vai compreendendo porque ele não falou de agroecologia diretamente, enfim, a gente compreende o contexto histórico também quando a gente está tratando sobre os pensadores clássicos.

Rosana, para finalizar, o Novo Ensino Médio e a recente Base Nacional Curricular Comum são debates que estão quentes, digamos assim, no país recentemente. Como é que a experiência de educação do MST dialoga com essa proposta do Novo Ensino Médio e com essa Base Nacional Curricular Comum que modificou muita coisa, sobretudo no Ensino Médio?

Rosana Fernandes: Esse é um debate atual que já vem há alguns anos, mas que agora está bem presente. Mas é preciso ainda muito trabalho para a gente dar conta de reverter toda essa lógica, todo esse pensamento que o Ministério da Educação tem da reforma do Ensino Médio. O MST é totalmente contra

essa proposta de reforma. Primeiro, por considerá-la muito mais excludente do que já foi em outros tempos históricos da sociedade brasileira, do ponto de vista de privatização do ensino público. Então, aqui é como se o Estado estivesse autorizando com mais intensidade que o Ensino Médio se torne numa lógica mercantil. Uma forma bastante autoritária de pensar a formação, a escolarização da juventude. Esse é especialmente um debate bastante presente no MST: que tipo de escola que nós precisamos garantir e construir para a juventude? E aqui, nosso recorte é a juventude camponesa, em particular. Nós temos debates muito profundos e já temos estudos inclusive em algumas regiões sinalizando que o campo está envelhecendo, porque a juventude não está querendo permanecer no campo. Que condições que o campo está oferecendo para essa juventude ficar? E a possibilidade de ter escolas de Ensino Médio que sejam atraentes, vamos dizer assim, para que essa juventude permaneça no campo, está se perdendo. Então essa juventude precisa da educação, especialmente nessa fase do Ensino Médio. Precisa de renda. A juventude não fica no campo se não tiver junto com a sua família na organização produtiva, através das cooperativas de associação ou de outras formas, mesmo que seja a forma do núcleo familiar, de uma renda aqui do produto que vai se vender na feira, que vai entregar numa cesta do Sistema de Cooperação, como é a experiência nos assentamentos. Há também a questão do acesso à tecnologia. Não sobrevivemos mais sem o celular na nossa mão, sem a internet funcionando e isso a juventude tem necessidade também de acessar. Que condições, que infraestrutura que as nossas áreas de assentamento, que políticas estão sendo pensadas também ou implementadas para garantir esse acesso? Então esses três elementos que eu citei são fundamentais para pensar um Ensino Médio no campo.

No campo há uma precarização do Ensino Médio, há uma precarização das infraestruturas das escolas, de maneira geral. Temos aproximadamente 1.800 escolas públicas nos assentamentos e mais ou menos 200 escolas de Ensino Médio. Cai muito a possibilidade de ter escola de nível médio nos assentamentos. Mas, com essa proposta da reforma que está colocada hoje, a precarização vai ser aprofundada e para a questão do currículo, e também para a questão do próprio profissional que vai estar lá, os docentes que vão estar com esses estudantes numa estrutura que, muitas vezes, as condições não são dignas de estar construindo conhecimento.

Além disso, nós estamos também bastante preocupados que esse Novo

Ensino Médio possa fazer avançar o ensino à distância, que foi uma experiência bastante negativa no período da pandemia. Nós acreditamos que o nosso projeto de educação requer o contato, a interlocução, o olho no olho, o pegar na mão para alfabetizar e construir. Então, o presencial é essencial no processo formativo. Além disso, nesse presencial, para além da carga horária do estudo, do conteúdo, também há outras dimensões que devem estar colocadas nas escolas para esse jovem. Por exemplo, a questão das artes, as oficinas, de ter um laboratório, de ter outras condições de fazer música, de pintar um painel, mas também de plantar a horta da escola, de poder limpar a sua escola, que faz parte da Pedagogia do MST. Os estudantes se auto-organizam, têm o trabalho como um princípio educativo. Então, estar na horta, organizando a sua sala de aula, essas dimensões [estão] postas naquilo que nós acreditamos que a educação à distância não dá conta. Somos contrários a essa proposta.

Por último, essa proposta retira do Estado a responsabilidade de arcar com a educação pública para todos os sujeitos que estão em idade de estar no Ensino Médio. A gente acredita que só a luta vai fazer alterar essa proposta. Para tal, precisamos nos fortalecer também com outras organizações e especialmente organizações que estão diretamente vinculadas a essa questão da educação e do sistema de educação no nosso país.

NOTAS

¹ Rosana Cebalho Fernandes nasceu em 29 de abril de 1975, em Cáceres (MT), filha de Cícero Marques Fernandes e Júlia Cebalho Fernandes.

² A realização e transcrição da entrevista contaram com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está organizado em 24 estados, e em cada estado há uma secretaria, que é um espaço físico de referência, um espécie de sede pública do MST em cada estado.

⁴ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão.



Entrevista submetida em 29 de agosto de 2023.
Aprovada em 16 de janeiro de 2024.